



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

fo me

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2024 -----

Aos dezanove do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENÇAS: -----

A deputada municipal Ana Patrícia Tapado Alves, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Joaquim Silva Costa. -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas e dez minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos. -----

Antes de entrar na ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, agradeceu a disponibilidade de todos os membros da Assembleia Municipal para a realização desta sessão em dia diferente do acordado. -----

1-Ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

A deputada municipal **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos** usou da palavra para, em nome do grupo municipal do PSD, dar os parabéns pelo Museu Municipal de Mondim de Basto estar finalmente e novamente aberto. Após vários anos de abandono pelo executivo socialista, este espaço encontrava-se fechado, em elevado estado de deterioração, e sem as mínimas condições de visitação, estando agora renovado, com ótimas condições de visitação e com a presença de novos conteúdos. As nossas associações culturais ganharam maior destaque e a nossa cultura, identidade e tradições ganharam dignidade na sua apresentação. Parabéns pela aposta na renovação deste espaço cultural que agora está à disposição de todos os Mondinenses. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que neste primeiro ponto queria falar no que diz respeito ao Miradouro da Físgas de Ermelo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Surgiram recentemente fotos nas redes sociais que deixaram muitos Mondinenses incrédulos e tristes com o que ali se está a fazer. Este sentimento foi expresso também por todos aqueles que, mesmo não sendo do nosso concelho, já conheciam ou visitaram as Físgas. É realmente chocante ver uma intervenção deste género naquele que é um dos pontos turísticos mais importantes do nosso concelho e uma riqueza natural criada ao longo de milhares de anos pela mãe natureza. Assistir à colocação de blocos de betão com milhares de quilos numa zona de xisto é para nós incompreensível, independentemente de como será revestida ou escondida. Aquilo que é o impacto desta obra, numa zona tão pura, representa o contrário daquilo que se pretende do turismo de natureza. De estranhar como é que o ICNF, com tantas restrições que impõe dentro do Parque Natural do Alvão e em quem lá habita, autorize este tipo de obra. Outra coisa que não deixamos de notar é que, no passado, com o anterior Executivo, víamos várias forças políticas e outras individualidades criticar, fazer abaixo assinados, queixas anónimas por várias ocorrências ligadas ao ambiente, que não eram sequer da responsabilidade da Câmara, e agora estejam em silêncio. Realçamos que temos um património natural único no país e no mundo e essa é a grande mais-valia na promoção do turismo. De uma assentada só, no espaço de poucas semanas, assistimos a duas machadadas nesse património natural único. Esclareceu que se referia à linha de muito alta tensão dizendo que continuam as mentiras à volta deste tema. Lembrou que na reunião da Assembleia Municipal de 21 de Junho deste ano o senhor Presidente da Câmara teve o cuidado de trazer uma participação escrita sobre o que terá sido a participação do anterior e do atual Executivo na luta contra a obra. O que ficou registado não é muito diferente do que está escrito numa nota publicada recentemente pelo PSD. Ambas estão cheias de falsidade, a mais grave sendo a que ficou registada nesta casa, não sendo necessário ler os processos em Tribunal para se perceber que são muitas as mentiras. Dizem que o PS nada fez. Então vejamos: desde outubro de 2019 em diante, o executivo do PS levou a cabo todos os esforços através de ações e providências cautelares para parar, em primeiro lugar, a suspensão do PDM; em segundo, o licenciamento; e, por último, a construção por parte da REN. A obra, como todos puderam constatar, parou pelo menos duas vezes fruto do trabalho do anterior Executivo. A vitória maior aconteceu a 22 de novembro de 2023 com o Tribunal a dar razão à Câmara Municipal de Mondim de Basto, com a sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela que declarou a nulidade do ato de licenciamento e condenou a REN a abster-se de praticar qualquer ato relativo à construção da linha de muito alta tensão. Embora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

to me

a decisão final tenha sido preferida apenas em 2023, ela é proferida sobre vários processos e em especial num que deu entrada muito antes das eleições autárquicas e mudança de Executivo e não por força de um mero ato incidental de suspensão que ora decidiu intentar. O mesmo não se pode dizer do resultado das alegações apresentadas contra os recursos da REN e do Ministério do Ambiente, esse sim um trabalho do atual Executivo. Perdemos em toda a linha. O mesmo se pode dizer de não recorrer para o Supremo Tribunal Administrativo, essa sim uma decisão do atual Executivo. É fácil, como facilmente se comprova, quando afirmam que o anterior Executivo nada fez mas percebe-se que recorrem à mentira para tentar esconder as suas derrotas e o que não têm feito para defender Mondim. Acresce o seguinte: para além das mentiras, a imputação de responsabilidades a entidades terceiras, como são as Juntas de Freguesia, os Conselhos Diretivos e os privados, além de uma nova mentira é uma atitude que revela cobardia. Os processos movidos pela Câmara e que tiveram sucesso incidiam sobre a suspensão do PDM e o licenciamento da obra. A relevância dos terrenos negociados é nula. É por isso mais uma falsidade. Para terminar referiu-se ao tema que tem a ver com o Museu e que, se querem falar do Museu, é preciso recuar na data. O Museu estava realmente abandonado e vandalizado em 2009, quando o PS chegou à Câmara. Foram feitas obras, não para valorização, mas para assegurar as condições necessárias para abrir o edifício que foi inaugurado em novembro de 2010, um ano após o PS assumir funções, e foi inaugurado porque nunca tinha sido inaugurado. Foi um investimento financiado que nunca foi aberto ao público, foi deixado ao abandono e, em 2009, estava vandalizado. Houve momentos em que teve recursos humanos afetos mas nos últimos anos, por escassez desses mesmos recursos humanos, era aberto pelos serviços que se encontravam na Biblioteca Municipal: não era o ideal mas é completamente diferente de estar fechado ou abandonado. Para concluir referiu que destacava o caráter inovador do PSD pois é a primeira vez que assistem à inauguração de uma obra que já tinha sido inaugurada. -

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que gostaria de iniciar a sua intervenção antes da ordem do dia com um voto de congratulação pela nomeação do nosso conterrâneo mondinense o Reverendo Padre Sérgio Manuel Dinis como novo Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança desejando-lhe um frutuoso ministério pastoral neste setor tão relevante para o nosso país. Relativamente à estação de tratamento de Suídnos, referiu que queria reiterar também um conjunto de questões já apresentadas e que de alguma forma nos ajudam a perceber a importância e a viabilidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

desta ETA. A sua primeira questão é qual é o consumo atual de energia elétrica que o município tem com todas as captações de águas existentes na área de influência da ETA de Suídro, ou seja, nas freguesias de Atei, Mondim de Basto e parte de Paradança. A sua segunda questão vai no sentido de saber quantos reservatórios atualmente aí existentes seriam desativados se a ETA de Suídro tivesse entrado em funcionamento. A sua terceira e última questão relativamente a este tema consiste em saber qual seria a poupança estimada em tratamento de águas, limpezas, desinfecção e controlo que o município teria se a ETA de Suídro tivesse entrado em funcionamento. De seguida referiu-se ao facto de alguns munícipes o terem alertado para algumas situações, uma delas relacionadas com a existência de um buraco na via pública, na rua de Montenadouro, por pavimentar há vários meses. Esse buraco situa-se logo na primeira curva para quem se dirige para o bairro, e numa curva sem qualquer visibilidade, o que poderá provocar um acidente com consequências graves. A outra situação localiza-se na rotunda que se situa na parte final da estrada da Barca, em Atei, recentemente beneficiada, onde não existe qualquer sinalética a indicar as direções tanto para Mondim como para Cabeceiras de Basto: para quem conhece é fácil mas dificulta naturalmente a circulação automóvel a quem não conhece a direção a tomar. Relativamente às obras nas Fisgas de Ermelo, tem havido, como é de conhecimento público, tanto nas redes sociais como na comunicação social local, grande controvérsia relativamente às obras que se estão a executar neste parque miradouro em zona protegida. Na sua perspetiva é realmente inconcebível que uma zona protegida esteja a ser tão descaracterizada e nesta medida gostaria de obter alguns esclarecimentos sobre este assunto. Em primeiro lugar gostaria de saber qual a explicação para a utilização destas estruturas em betão. A sua segunda questão vai no sentido de saber se está a ser cumprido na íntegra e de acordo com o parecer das idades competentes, nomeadamente no Parque Natural do Alvão. Para terminar, gostaria de saber por que razão uma obra adjudicada em outubro de 2023, com prazo de execução de cinco meses, se encontra, mais de um ano depois, ainda mal iniciada. Relativamente às obras que ocorrem no Hotel das Rãs, gostaria de saber se há algum constrangimento com o decurso destas obras que lhe parecem andar a passo de caracol até pelo simples facto de ter passado já metade do prazo de execução dos dezoito meses previstos, como consta no portal Base Gov, e se verificar um atraso indicativo para a sua conclusão e nesta medida saber de quem é responsabilidade para este atraso. Por fim, levantou uma questão que já foi apresentada na última Assembleia: para quando a ligação da conduta de saneamento junto à ponte 304?



Referiu que na última Assembleia esta questão foi colocada tendo sido referido que estaria para breve mas passados três meses a situação mantém-se inalterada. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para perguntar a senhora Vereadora Carla Silva o porquê de ter encerrado ou extinto as atividades realizadas no polo da biblioteca de Atei. Desde a sua abertura, em 2017, até o ano letivo anterior, essas atividades sempre foram realizadas às quartas-feiras e aos sábados de manhã com grande afluência das nossas crianças e alguns adultos. Queria perguntar o porquê da professora das AEC's, Clara Lúcia Alves, professora da Cooperativa há mais de 8 anos, não ter sido convidada a dar continuidade do seu trabalho a exemplo do que fizeram com os outros dois professores que se encontravam na mesma situação. Sabendo que os alunos do Centro Escolar estiveram quase até ao Natal com falta de professores em algumas atividades, qual o porquê de dispensarem essa excelente professora. Em relação à linha de muita alta tensão que está a passar pelo Concelho e depois do que ouviu na última reunião de Assembleia e do comunicado que o PSD fez nas redes sociais em que responsabilizam os presidentes de junta, os concelhos diretivo e os privados por já terem recebido as devidas compensações, sendo que o senhor Presidente da Câmara não conseguiu travar a luta da passagem da linha de alta tensão, questionou se o senhor Presidente se sentia confortável com esse comunicado. Que os Presidentes de junta já estão habituados a serem maltratados e culpados de muita coisa, já não se admira, agora responsabilizar os privados considera que é demais considerando que os Mondinenses escolheram o senhor Presidente para gerir, defender, apoiar e estar ao lado dos seus habitantes e o senhor Presidente, em vez de os defender, culpa-os? No seu humilde entendimento, deveria pedir desculpas aos habitantes do concelho que tiveram que abdicar dos seus terrenos para aí serem colocadas essas famosas torres mas, em vez de se colocar ao lado dos seus habitantes e os ajudar a resolver os seus problemas, não o faz e ainda os culpa. Terminou referindo que na última reunião o senhor Presidente também afirmou que só a Câmara e a Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros não receberam qualquer contrapartida pela passagem da linha. Isso é verdade?-----

A deputada municipal **Anabela Martins Teixeira Peneda** usou da palavra para felicitar o Executivo Municipal pela extraordinária decoração de Natal que nos estão a proporcionar. Os Mondinenses merecem todo este brilho e alegria que nos é proporcionado pela Colmeia de Natal. Bem sabemos que custa dinheiro mas ver a alegria das nossas crianças a divertir-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

se, com o brilho nos olhos a preencher suas memórias com estas recordações, não tem preço. Se fosse só por esta alegria, estaria amplamente justificada a iniciativa, mas, para lá de toda esta alegria e luz, temos que realçar a importância que a Colmeia do Natal representa para a dinamização da economia local funcionando como motivo de enorme interesse e atratividade para que Mondim seja cada vez mais visitado. É desta forma que também se consegue criar dinâmica no comércio, na restauração e na hotelaria. A iniciativa da Colmeia de Natal tem por isso que ser visitada e analisada, também e sobretudo como investimento que traz um enorme retorno financeiro à economia local e não apenas como uma despesa, como alguns o querem fazer crer. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, pediu ao senhor Primeiro Secretário da Mesa para assegurar a condução dos trabalhos enquanto fazia a sua intervenção que se passa a transcrever: *«No ano em que assinalamos o Centenário do nascimento de Mário Soares, queria aproveitar este momento para evocar a sua memória o seu passado e o seu exemplo. Pretende também com esta evocação partilhar os valores que ele simboliza e que contribuíram para a afirmação da Democracia Liberal que hoje, ainda, a maioria dos portugueses estimam, cuidam e partilham. Mário Soares é um dos fundadores da Democracia. Não é o único, mas é o principal e um dos fundadores mais reconhecidos. Desempenhou funções muitíssimo relevantes de representação do Estado: Ministro, Primeiro-Ministro e Presidente da República. Durante uma parte da sua vida, a luta, a persistência e a afirmação desses valores custou-lhe, como a milhares de portugueses, a prisão, a tortura e o exílio. Privado da liberdade, nunca lhe faltou coragem, nem antes do 25 de Abril, lutando contra a ditadura, nem logo a seguir à Revolução, que, com a mesma energia, a mesma coragem, impediu, com outros democratas de outros partidos, que Portugal se tornasse num país de domínio soviético. Mário Soares não foi um homem perfeito e sem erros mas é justo reconhecer que esteve sempre do lado certo da história. Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores senhoras e senhores deputados. Parece-me justo e oportuno que essa evocação tivesse uma menção na toponímia do Concelho, atribuindo-lhe o nome de uma rua, de uma avenida ou de uma praça. Estes processos tornam-se fraturantes se nos deixarmos condicionar apenas pela ideologia e pelo sectarismo. Pretende que nesta recomendação seja incluída, também com igual relevo, uma outra figura marcante do século XX em Portugal, Francisco Sá Carneiro, que no próximo ano se completam 45 anos da sua trágica morte. Ambos, pelo significado que lhe atribuímos e pela sua ação na construção de um país livre e democrático, são merecedores de uma menção na toponímia do concelho de Mondim de Basto. Está certo que o Executivo Municipal acolherá esta proposta, esta recomendação, reunindo a Comissão de Toponímia com os representantes desta Assembleia, e encontrará a forma, o local e a data de incluir estas duas personalidades*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

le me

da democracia na toponímia do concelho». Retomando o seu lugar, e sobre o texto que acabou de ler, referiu que se assim o entendessem poderia transformar este texto numa proposta ou recomendação que será votada. A vila tem praças com nomes que nunca lhe foram formalmente atribuídos e avenidas que são conhecidas pelo uso popular mas tem novas artérias onde facilmente se encontrará forma para poder atribuir estes dois nomes e estes dois nomes é exatamente para evitar que haja aqui qualquer critério apenas ideológico. Acha que o município ficaria muito bem e manifestou a sua disponibilidade para encontrar, de forma consensual, esses locais para perpetuar estes dois nomes que lhe parecem absolutamente incontornáveis na história da Democracia. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que iria procurar responder a todas as questões que lhe foram colocadas. Relativamente à intervenção da deputada Eva Anjos que fez aqui uma referência à inauguração do Museu Municipal, referiu que era um local bonito, que representa bem a nossa história, desde a geologia, arqueologia, até às nossas tradições e as nossas associações têm um papel importante de destaque. Deixou o convite para quem ainda não o visitou que o possa fazer porque de facto corresponde àquilo que era uma expectativa deste Executivo em reabrir o Museu e colocá-lo à disponibilidade da comunidade. Relativamente à intervenção do deputado Carlos Macedo e em relação ao Miradouro das Fiskas de Ermelo, fez uma contextualização histórica. Referiu que o município de Mondim de Basto apresentou em co-promoção com o município de Vila Real uma candidatura conjunta denominada «Fisgar o Alvão – Janelas e Caminho para a Natureza - um Turismo de Proximidade». Entre outras ações, a presente candidatura reporta-se à proposta para a melhoria das condições de visitação às Fiskas de Ermelo, portanto Miradouro das Fiskas de Ermelo, sito no alto do Fojo, na Freguesia da União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas. A ação de melhoria das condições de visitação ao Miradouro das Fiskas visa salvaguardar os valores naturais em presença, ordenar a visitação ao espaço, garantir a efetiva segurança de todos os visitantes e turistas que acolhem diariamente ao local e, ademais, visa assegurar a acessibilidade inclusiva a todas as pessoas com mobilidade condicionada. Na presente data, a empreitada encontra-se a decorrer, não estando ainda concluídos todos os trabalhos previstos e contratualizados, inclusive está encerrada a via de acesso ao local de visitação ao Miradouro das Fiskas de Ermelo. Atendendo ao curso dos trabalhos previstos, o empreiteiro procedeu à instalação de maciços fabricados em suporte estrutural, os mesmos não se encontram ainda com a sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

finalização concluída. Importa esclarecer que para salvaguardar o afloramento rochoso os maciços estão separados do solo através de uma borracha de neopreno e não existe qualquer perfuração ou fixação ao solo conforme o previsto. Referiu que queria deixar uma questão também ao senhor deputado. O Partido Socialista tinha previsto também a criação do miradouro nas Fiskas de Ermelo pelo que gostaria de saber como é que estavam a pensar criar a suspensão da plataforma: seria com as nuvens ou seria também com um local e com uma base que permitisse, em termos de segurança, criar a plataforma? Referiu que o projeto se encontrava a decorrer de acordo com aquilo que está previsto, não está obviamente concluído. Relativamente à linha de muito alta tensão referiu que iria fazer um novo esclarecimento. A este propósito, tem-se falado muito sobre o seu futuro, o que é que se deve fazer, o que é que se pode fazer, mas importa também discutir o presente, ou seja, o estado atual mas também o passado, ou seja, como é que aqui chegamos. E podemos começar por aqui: há mais de seis anos que se iniciou o procedimento administrativo de licenciamento da construção da linha de muito alta tensão junto das entidades competentes do Estado Central. Desde há mais de seis anos que havia a possibilidade de intervenção política pelo executivo local junto do Governo socialista de forma a evitar a linha de muito alta tensão no concelho. Foi no referido período de seis anos que foi emitida pelo Estado a avaliação de impacto ambiental relativa à construção da linha de muito alta tensão com a previsão da passagem e construção da linha pelo concelho. Foi no referido período de seis anos que foi emitida pelo Estado a declaração de conformidade do projeto de execução com avaliação do impacto ambiental. Certamente foi sem surpresa para o Executivo socialista, em exercício à data, que a entidade competente, durante o Governo socialista, em 2 de junho de 2020 emitiu a licença de construção da linha de muito alta tensão. Desde 2 de junho de 2020 que a licença passou a ser um ato consumado. A hipótese de travar o projeto devia ter sido explorada até à emissão da licença, isto é, até dia 2 de junho de 2020. Avancemos agora para o presente: em primeiro lugar, o Tribunal Administrativo Fiscal de Mirandela deu razão à REN em relação à providência cautelar do município; em segundo lugar, a Junta de Freguesia de Atei, a União de Freguesias de Campanhó e Paradança, o Conselho Diretivo dos Baldios de Vilarinho e alguns privados já aceitaram o traçado e a implementação da linha, tendo negociado e recebido as respetivas compensações financeiras; em terceiro, o município de Mondim de Basto não negociou e muito menos recebeu qualquer contrapartida, e que fique aqui bem assente. Relativamente ao futuro: face à aprovação da licença de construção da



bo me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

linha de muito alta tensão emitida em junho de 2020, face ao resultado da providência cautelar e face à aceitação do traçado e recebimento das contrapartidas por parte das entidades atrás descritas, deve o município interceder para que os interesses económicos e sociais do concelho não fiquem esquecidos e (tal como as Juntas de Freguesia, os Conselhos Diretivos e as entidades privadas) procurar as devidas e justas compensações financeiras para o território. Relativamente à intervenção do senhor deputado Fernando Silva, referiu que corroborava o orgulho que é ter o senhor Padre, agora Bispo, Sérgio Dinis como um representante do município naquela que é uma das responsabilidades maiores da nossa Igreja. Relativamente à estação de tratamento de Suídnos, referiu que o senhor deputado fez um conjunto de questões para as quais confessou não ter a informação aqui para lhe dar essa resposta. Relativamente à existência de buracos no Montenadouro, referiu que iria junto dos serviços verificar o que é que está em falta para se proceder à rápida reparação. Referiu que o mesmo iria ser feito em relação à sinalética na rotunda da entrada da Barca. Agradeceu desde logo o facto de o senhor deputado ter identificado essa necessidade. Relativamente às obras do Hotel das Rãs referiu que a obra continuava a ser executada, não continuando de facto com a velocidade que todos desejariam, mas não há alteração àquilo que é a projeção para a realização da obra. Tanto quanto sabe, houve uma necessidade de trabalhos complementares na sustentação de muros que não estava prevista e neste momento já estão em execução continuando a obra com aquilo que é a sua função e ideia original. Relativamente ao saneamento de Vilar de Viando, referiu que a intervenção da ligação na ponte já estaria a ser feita pelo que, mal a intervenção esteja feita, procederiam à ligação do saneamento de Vilar de Viando. No que respeita ao restante alargamento da rede, nomeadamente em Pedravedra, temos já incentivadas as pessoas a fazer essa ligação porque já têm essas condições. Relativamente às questões colocadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atei confirmou que de facto não tem não têm sido realizadas atividades na biblioteca, não obstante das crianças terem atividades também noutras instalações, mas agradeceu a chamada de atenção para que se possa tirar partido de um edifício que está ao serviço da comunidade. Relativamente à outra questão colocada, referiu que era a Cooperativa que geria os recursos humanos pelo que era nesse fórum que essas questões poderiam ser colocadas. Relativamente à linha de muito alta tensão, perguntou taxativamente, para que não haja aqui dúvidas, se o senhor Presidente da Junta de Atei negociou e recebeu ou não contrapartidas da REN relativamente à linha de muito alta tensão?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO



Considera que o que importa perceber, ao invés de estarem a alegar se houve ou não defesa quando os próprios já assumiram um compromisso com a REN, é se negociou e recebeu ou não contrapartidas por parte da REN. Relativamente à intervenção da senhora deputada Anabela Peneda, reconheceu que de facto Mondim estava bonito, sendo que naturalmente que essas infraestruturas e essas caracterizações da vila têm um custo, sendo que não ia aqui discutir se há municípios que gastam mais ou menos, pois o que interessa aqui é perceber se de facto temos ou não condições para que as nossas crianças possam ter atividades dentro do concelho sem ter necessidade de sair dele e se temos ou não condições para que economia também fique dinamizada com a afluência de mais pessoas. Referiu que, acima de tudo, estes investimentos eram para os mondinenses, de todas as idades, para que todos possam sentir orgulho na sua terra e ter aquilo que se tem também noutras cidades. Relativamente à intervenção do senhor deputado Humberto Cerqueira que fez uma referência à importância e à celebração do Centenário de Mário Soares, referiu que corroborava também a pessoa que foi, o papel importantíssimo que teve num Portugal democrático, pelo que, da sua parte, a recomendação ou sugestão que fez tem já um valor significativo para aquilo que possa ser depois uma sugestão para o Executivo Municipal e para depois a toponímia poder fazer essa referência. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que o anterior executivo da junta de freguesia realmente foi chamado a negociar e negociou o melhor que pôde e recebeu as devidas compensações. Pelo que está a ver, a linha de muito alta tensão passa e o município não recebe nada nem luta para receber algo em troca por algo que vai ficar para a vida toda do município. Perguntou se os mondinenses sabiam que se este executivo camarário não desistisse do processo em Tribunal a linha não passava ou era desviada para fora do concelho e que as freguesias e os privados que receberam essas indemnizações ficariam com as indemnizações e sem os postes de alta tensão. De seguida referiu que estavam no fim de mais um ano e nada de delegação de competências. Esclareceu que o município recebeu do Estado competências para gerir as escolas, o Centro de Saúde, a ação social e muitas outras, mas que o Estado pagou as devidas compensações. Referiu que a mesma lei também dá competências às Juntas de Freguesia mas o município recusa-se a dar as devidas compensações às freguesias mas, a seu tempo, irá perceber que está a falhar com as freguesias, a torná-las menos competitivas e a degradar os seus serviços. Em relação à contratação da professora, referiu que era verdade que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

contratada pela Cooperativa, em que a senhora Presidente é a Dra. Carla Silva, mas que quem injeta lá dinheiro é o município pelo que considera que a resposta poderia ser dada aqui. ----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que lhe parecia que relativamente às Fiskas o senhor Presidente estava satisfeito com aqueles maciços de betão que lá estão. Referiu que desconhecia o projeto do anterior Executivo do PS mas que de certeza que não contemplava isso e que desconhecia o motivo pelo qual não foi executado. Relativamente à obra das Fiskas, referiu que o senhor Presidente tinha dito que seria executado o revestimento daquele muro de granito em xisto pelo que gostaria de perguntar se mantém o que disse nessa reunião. Relativamente à linha de muito alta tensão, referiu que começavam a ficar muito confusos visto que foi dito várias vezes nesta Assembleia que não negociaram com a REN e agora o senhor Presidente acabou de dizer que só iriam começar agora mas ficamos a saber que afinal há um ano e meio já andavam a negociar a linha, isso mesmo foi com afirmado pelo senhor Vice-Presidente e consta em ata da reunião de Câmara. Recordou também que o senhor Presidente afirmou por, exemplo, a suposta existência de pedidos de contrapartidas apresentados pelo anterior Executivo no valor de duzentos e cinquenta mil euros para o Castro Castroeiro para, passados quatro meses, depois de não conseguir os documentos que dizia ter, ser obrigado a retirar o que disse e a penitenciar-se. E não encontrou os documentos porque eles não existiam, da mesma forma o que aqui afirmou na reunião de junho é facilmente desmentido pelas datas dos processos e pelos documentos que deles fazem parte. Terminou dizendo que não iriam ser condicionados pela retórica e pelo discurso que o Executivo tem feito neste âmbito. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para se referir a uma pequena questão que tem a ver também com as Fiskas e com obra de requalificação. Uma vez que, como foi dito e referido, o Parque Natural do Alvão costuma ser muito restritivo relativamente a tudo aquilo que possa perturbar todas as questões ambientais e de natureza, gostaria de saber se concordaram com o projeto e com as estruturas de betão, ou seja, se o Parque do Alvão teve alguma influência e concordância relativamente este assunto.-

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que, se calhar, a intervenção não é assim tão invasiva conforme querem parecer fazer. Referiu que o processo estava ainda em discussão mas frisou que não havia perfuração no solo e que existia todo um cuidado também na forma como está a ser colocada a base que, no fundo, irá suportar a plataforma. Obviamente que o projeto foi validado por todas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

as entidades portanto daí também essas preocupações todas e também a demora porque de facto é uma obra sensível e que teremos que ter todos os cuidados para cumprir o que está no projeto. Para responder ao senhor deputado Carlos Macedo referiu que o revestimento do muro seria em xisto. Relativamente à negociação das contrapartidas, acha que ficou aqui mais do que evidente que o município de Mondim de Basto, até à data, não teve qualquer negociação nem qualquer contrapartida. Assume isso, já tal como assumiu várias vezes ao longo das últimas assembleias, que até à data não houve qualquer negociação nem qualquer contrapartida. Para responder ao senhor Presidente da Junta de Atei sobre a questão de que agora a Câmara aceitou a custo zero, esclareceu que a Câmara não aceitou a custo zero porque não aceitou e que não há aqui nenhum dado, nenhum documento, que a Câmara aceita o quer que seja. Não houve da parte do município qualquer negociação nem qualquer contrapartida. Mas isto não quer dizer que a Câmara agora aceite a custo zero. Relativamente à questão de ser a Câmara a injetar dinheiro na Cooperativa como referiu o senhor Presidente da Junta, entende que ainda há uma separação de poderes e respeito pelas instituições. Não é pelo facto de a Câmara investir ou dar um apoio a uma instituição que a Câmara tem a responsabilidade da gestão dessa instituição.-----

1.2- Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

2- Ordem do dia: -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 27 de setembro de 2024 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 27 de setembro de 2024 que foi aprovada por unanimidade dos presentes (não votaram os membros que não estiveram na sessão).

2.2- Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2025-----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para fazer uma breve apresentação da proposta que se passa a transcrever: *«As Grandes Opções do Plano e o presente Orçamento Municipal de 2025 materializam a visão estratégica e as orientações de política económica, social e orçamental do executivo municipal para o concelho de Mondim de Basto. Em 2021, iniciamos um novo ciclo estratégico de desenvolvimento do concelho, assente em três grandes pilares: um concelho mais solidário, um concelho mais atrativo, um concelho mais verde. Trabalhamos, em conjunto, ao longo destes 3 anos, com a sociedade, com os colaboradores da autarquia, com as forças vivas do concelho, no desenvolvimento de novas medidas, de novos projetos, de novas obras que cumprissem esta estratégia e servissem*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature

todos os Mondinenses. Hoje, em 2025, apresentamos um orçamento de concretização, de realização, de cumprimento das metas traçadas em 2021. Um orçamento que materializa o desenvolvimento em Mondim de Basto na próxima década. É um orçamento que concretiza, que realiza e que cumpre. É um documento de rigor, baseado no equilíbrio, na sustentabilidade financeira e numa excelente tesouraria, garante de cumprimento atempado, atual e futuro, de todos os compromissos assumidos. É um documento de sinais corretos às famílias, às empresas e às instituições, que ascende a 22,700 milhões de euros, e que assistirá a uma revisão logo no início do ano, para a incorporação do saldo de gerência que é expectável atingir os 3,500 milhões de euros, com o qual serão reforçadas as rubricas de apoio social e investimento público, que ainda carecem de um maior reforço, nas suas dotações. Com esta incorporação, que se espera aprovada logo no início de fevereiro de 2025, por forma a não comprometer a execução anual, o Orçamento Municipal para 2025 superará os 26,200 milhões de euros. Em 2025 materializará o maior investimento público no concelho, realizado pelo Município de Mondim de Basto na última década. É um orçamento de desenvolvimento, mas que tem ainda de continuar a acomodar, em 2025, os pesados efeitos orçamentais das decisões do passado, tais como, os processos judiciais pendentes, com elevados pedidos de indemnização e os processos inspetivos da CCDRN e da União Europeia à ETA de Suidros e EE de Bormela que nunca entraram em funcionamento. É um orçamento dialogante e articulado com a comunidade mondimense, que ausculta as entidades locais, as instituições particulares de solidariedade social, o movimento associativo desportivo, social, humanitário, cultural, ambiental e económico, as forças políticas com representatividade na Assembleia Municipal e as União e Juntas de Freguesia, conciliando as expectativas com os recursos financeiros e humanos disponíveis. É um orçamento de compromisso. É um orçamento que cumpre, no apoio às famílias e aos jovens, disponibilizando um conjunto alargado e inovador de medidas sociais: Incentivo à natalidade; Apoio complementar à natalidade; Transporte gratuito para todos os alunos do ensino secundário; Gestão direta das refeições escolares; Criação de Campo de Férias, com alargamento no mês de agosto; Apoio ao transporte dos estudantes universitários; Apoio ao transporte a consultas e tratamentos médicos; Rede de Centros de Convívio; Redução da taxa de participação no IRS; Adoção das taxas mínimas do IMI; Adoção do IMI familiar; Loja Social; Programa Radar Social; Programa CLDS; Programa de Apoio ao Medicamento; Programa de Apoio ao Arrendamento Urbano; Loteamentos Urbanos; Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - 1º Direito; Dia do Universitário Mondinense; Programa de Apoio à Juventude. É um orçamento que concretiza no apoio às empresas e aos empresários através das iniciativas: Espaço Empresa; Programa Invest Mondim; Programa dos Bairros Comerciais Digitais; Mondim Creative TEC; Centro Tecnológico de Basto; Área de Acolhimento Empresarial de Bormela; Área de Acolhimento Empresarial dos Carvalhos; Gabinete de Apoio ao Agricultor; Regulamento de Apoio ao Mundo Rural. É um orçamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que cumpre no apoio às instituições do concelho: Apoio à Construção de Centro de Atividades Ocupacionais - Associação Social de Apoio à Deficiência; Apoio à Construção de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Associação de Solidariedade Social das Aldeias de Mondim; Apoio à manutenção de 2 Equipas de Intervenção Permanente com 10 elementos - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto; Apoio à Santa Casa da Misericórdia de Mondim de Basto; Apoio às IPSS; Apoio às Associações Desportivas; Apoio às Associações Culturais; Apoio às Associações Empresariais. É um orçamento que apoia as Uniãos e Freguesias, reforçando o programa “Acesso para Todos” com a nova dotação anual de 45.000€ para cada uma das freguesias. Um investimento que no ano de 2025, acumulará neste mandato cerca de 1 milhão de euros de investimento partilhado com todas as Uniãos e Juntas de Freguesia. É um orçamento que concretiza na cultura e promoção do concelho: Aposta permanentemente na cultura, com uma programação regular e de qualidade, que abre o Favo das Artes às Associações locais e continua a descentralizar a programação para todas as freguesias do concelho; Festas do Concelho; Feira da Terra; Feira de Ano; Volta a Portugal em Bicicleta; Colmeia de Natal/ Mondim Vila Natal; Abre Asas até Mondim. É um orçamento que concretiza na educação: Criação da Piscina Escolar Coberta de Mondim de Basto; Criação da Creche Municipal de Mondim de Basto, atendendo ao novo ciclo de desenvolvimento do concelho de Mondim, de crescimento da natalidade; Aposta forte na requalificação e valorização dos espaços exteriores do Centro Escolar de Mondim de Basto, garantindo melhores condições no ambiente escolar, sinalizando a educação como uma aposta forte do atual executivo nesta área; Beneficiação do Jardim de Infância de Vilarinho; Beneficiação da Escola Primária de Vilarinho; Colmeia Literária – Feira do Livro, como motor e estímulo da leitura no concelho; Plano Municipal de Competências Digitais; Programa Integrado de Promoção do Sucesso Escolar. É um orçamento que aposta e investe na saúde: Reabilitação do Centro de Saúde de Mondim de Basto, num investimento quem vem dotar a infraestrutura de espaços para a instalação de equipamento de RX e reabilitação; Criação da Unidade Móvel - Mondim + Próximo. É um orçamento que valoriza o desporto, investindo em novas infraestruturas: Criação de Campo Multiusos na Zona Verde;

Reabilitação do Parque Desportivo Municipal; Modernização da Rede de Parques Infantis no concelho de Mondim de Basto; Modernização da Rede de Polidesportivos Municipais; Gala Municipal do Desporto. É um orçamento que requalifica e constrói novas acessibilidades: Requalificação da pavimentação da Estrada Municipal EM312 - Fase 1; Requalificação da pavimentação dos acessos envolventes ao Centro Escolar de Mondim de Basto; Requalificação do pavimento da Avenida da Igreja; Requalificação da pavimentação da Estrada Municipal EM604 - Troço de Acesso à Aldeia de Campanhó; Requalificação da pavimentação da Rua da Portelinha - Troço de acesso à Aldeia de Tevão; Pavimentação da Estrada Municipal EM1199 - Troço de acesso às Pedreiras; Requalificação da pavimentação da Travessa do Bairro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

6
me

Novo em Atei; Requalificação da pavimentação da Rua de Casais em Bormela; Via de Circulação Externa ao Centro da Vila; Via de Ligação Pedra Vedra a Campos; Ligação à Ciclovia do Tâmega. Um orçamento que promove o turismo: Centro de Turismo da Casa da Igreja; Valorização das Margens do Rio Cabril e do Rio Tâmega; Valorização das Quedas de Água do Rio Cabrão; Zona de Lazer e Recreio de Vilarinho; Zona de Lazer e Recreio da Ponte dos Cavacos de Vilar de Ferreiros; Centro dos Vinhos Verdes, em Atei; Requalificação da Fonte do Trigo; Miradouro das Fisgas de Ermelo; Levadas do Alvão. É um orçamento que promove o ambiente e a sustentabilidade: Alargamento da Rede de Águas Residuais; Qualificação da Rede de Água de Abastecimento; Correção da Rede de Águas Residuais e Pluviais na freguesia de S. Cristóvão de Mondim de Basto; Reabilitação da Estação de Tratamento de Águas de Suidros, Estação Elevatória de Bormela e Rede de Distribuição; Criação de Rede de Municipal de Gestão de Resíduos; Repovoamentos de Rios e Florestas; Centro de Recolha Oficial de Animais; Centro de Gestão Florestal; Parque da Biodiversidade; Plano de Valorização do Monte da Sra. da Graça. É um orçamento que realiza obra em todas as freguesias do concelho: Requalificação da Envolvente da Igreja e Construção da Casa Mortuária de Vilar de Ferreiros; Requalificação da Envolvente da Igreja e Construção da Casa Mortuária de Ermelo; Requalificação da Envolvente da Igreja e Construção da Casa Mortuária do Bilhó; Casa Mortuária de Paradança; Requalificação Urbanística do Centro de Atei; Requalificação da Envolvente da Igreja e Construção da Casa Mortuária de Atei; Requalificação do Largo da Feira do Bilhó. Estamos hoje, neste início de ciclo, a cumprir e a concretizar, uma nova fase de crescimento, sustentado num futuro melhor para todos os Mondinenses, com mais investimento, com mais emprego e com mais coesão social. Um ciclo renovado de esperança e futuro para todas e todos os Mondinenses». -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que, com base nos documentos enviados, não podia deixar de referir todo este elenco de obras que não são para 2025 mas sim para mandados que ainda nem sabemos quem vai gerir e quem os vai executar. Referiu que o orçamento para 2025 se sustenta, de uma forma geral, na continuidade de rubricas já previstas em orçamentos anteriores e com grande enfoque em medidas que se alicerçam em apoios na parte social e outras áreas que alimentam a coesão social mas não dão resposta a alguns problemas estruturais ao nível do desenvolvimento económico e do investimento. Aliás, ainda que sejam elencados um conjunto de investimentos e obras estruturantes, estas figuram em propostas de intenções uma vez que a sua execução só acontecerá num período de 2027 a 2030. Relativamente aos novos investimentos, as principais grandes obras estruturantes aqui previstas têm uma dotação orçamental de cem euros para 2025 e dotações bem definidas para os anos subsequentes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

quando ainda estão a executar os projetos e só através dos projetos é que nós saberemos quais são os valores que estão alocados em cada um dos anos. Considera por isso estranho que estas obras tenham dotações perfeitamente definidas sem terem qualquer suporte técnico que defina o seu custo e a sua programação temporal. Nesse sentido, como se pode apresentar um orçamento para 2025 de um conjunto de obras cuja elaboração do respetivos projetos de execução se concluem em finais 2027 e que já tem aprisionados valores para os anos subsequentes, que se prolongam até 2030? Entre outros, são os casos dos projetos de execução: elaboração de projeto de arquitetura para a construção do Centro de Turismo da Casa da Igreja; projeto de execução para requalificação da Feira do Bilhó; projeto de execução para a Área de Acolhimento Empresarial de Bormela; projeto de execução para a instalação da Mondim Creative Tek. Por outro lado, relativamente aos investimentos previstos para as obras: saneamento de Ermelo e Pardelhas que tem uma dotação de cem euros para 2025 e a sua execução só está programada para 2030; rede de saneamento de Atei surge igualmente com uma dotação financeira para 2025 de cem euros e a sua execução também até 2030; reabilitação da estação de Suídro que surge com cem euros para 2025 e quatrocentos euros para todo o mandato; construção da pista de downhill com cem euros; piscina escolar com cem euros; requalificação urbanística do Centro de Atei e Centro do Vinho Verde com cem euros; requalificação da Estrada Municipal 312 até ao bairro Novo com cem euros; Largo da Feira do Bilhó com cem euros; via circular externa de Mondim de Basto com cem euros; ligação de Pedravedra a Campos com cem euros; ligação à ciclovía do Tâmega (será um projeto intermunicipal uma vez que a ciclovía se integra num concelho que não é o nosso); ampliação e requalificação do turismo da casa da igreja envolvendo cem euros. Concluindo, todas estas obras surgem no atual orçamento com dotação financeira para 2025 no valor residual de cem euros, o que se depreende que, apesar de figurarem neste orçamento, efetivamente não são para ser executadas em 2025. Assim, se de facto não são para ser executadas, até porque muita delas só terão os seus projetos de execução concluídos em 2027, por que razão figuram neste orçamento? Relativamente a este tema, o que nos devia interessar era perceber e decidir o que efetivamente será executado no ano em causa, ou seja em 2025, e não todas as intenções que se põem levar a cabo durante tantos anos dado que a quase totalidade das propostas tem um período temporal tão alargado que abarca vários mandatos.

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para fazer a sua intervenção que se passa a transcrever: *«Estamos perante o maior orçamento de sempre do Município*



me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de Mondim de Basto, que espelha a visão estratégica e política que foi validada pela maioria dos Mondinenses. Tal como sempre dissemos, o nosso projeto é para a década, assim como Roma e Pavia não se fizeram num dia, o projeto do PSD não se construirá em apenas um mandato. Contudo, este orçamento demonstra a visão daquilo que sempre desejamos: um concelho mais solidário, um concelho mais atrativo, um concelho mais verde. Constatamos um aumento da dotação do programa acesso para todos, um programa da iniciativa do atual executivo, com o aumento da dotação para cada freguesia, para os 45 mil euros, que feitas as contas, representa um investimento de cerca de 1 milhão de euros no atual mandato. Este orçamento representa, uma vez mais, um forte apoio às famílias e aos jovens Mondinenses, com o Incentivo à Natalidade, o apoio Complementar à Natalidade e o apoio ao transporte dos estudantes universitários. Apoiamos também os seniores do nosso concelho, com uma rede de 21 centros de convívio que promove a alegria e bem-estar junto das nossas populações. Mas também há problemas novos que se revelaram entretanto, para os quais o atual executivo demonstra uma enorme capacidade de resolução. Se olharmos para trás, existia uma grave crise demográfica no nosso concelho, hoje em dia, padecemos do problema de falta de creche para as nossas crianças. Mas ciente das dificuldades atuais, é com enorme satisfação que vemos plasmado neste orçamento a Criação da Creche Municipal de Mondim de Basto, que responderá às necessidades das famílias Mondinenses. No domínio da educação destacamos ainda a aposta forte na requalificação e valorização dos espaços exteriores do Centro Escolar de Mondim de Basto, garantindo melhores condições no ambiente escolar. Registamos com especial agrado, o projeto para a construção de uma piscina escolar coberta, que beneficiará toda a população Mondinense. Na área da saúde é com agrado que vemos que a Reabilitação do Centro de Saúde de Mondim de Basto, um investimento que criará condições para dotar a infraestrutura de espaços para a instalação de equipamento de RX e reabilitação. Assistimos, atualmente, a investimentos robustos em todas as freguesias do concelho, e ainda se encontra projetado, já neste orçamento o Centro dos Vinhos Verdes, em Atei, e a requalificação do Largo da Feira no Bilbó. Mas é com especial agrado que vemos a concretização de alguns investimentos prioritários ao nível das acessibilidades promovidos pelo atual executivo, com destaque para a requalificação da pavimentação da EM 312, que liga Mondim a Atei, a requalificação dos acessos à envolvente do Centro Escolar, a requalificação dos acessos às aldeias de Teção e de Campanhó e a Pavimentação da Estrada Municipal EM1199 – o Troço de acesso às Pedreiras. Continuamos focados em promover um futuro melhor para todos os Mondinenses, inspirados na Visão Estratégica de Desenvolvimento, validada pela maioria dos Mondinenses, que inspirará progresso para a próxima década no concelho de Mondim de Basto.» -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para fazer um pequeno comentário a que não resistia porque acha que o debate



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

político tem que ser feito com opiniões mas há dados sobre os quais não podemos ter aqui dúvidas porque senão não estamos a fazer uma análise correta. Referiu que o senhor deputado José Brás, na sua intervenção, disse que havia uma grave crise demográfica e que com este executivo a população aumentou. Referiu que de facto Mondim tinha um problema demográfico como a maioria dos concelhos do país tiveram um problema demográfico. Mondim acompanhou essa tendência e Mondim deixou de ter esse problema demográfico quando a grande maioria dos concelhos do país deixaram de ter esse problema demográfico, Mondim acompanhou a tendência de subida da população. Podemos ter aqui opiniões mas sobre dados é bom não estar aqui a enganar as pessoas. Mondim não deixou de ter um problema demográfico por nenhuma ação política; deixou de ter um problema demográfico porque o país deixou de ter um problema demográfico. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para dizer ao senhor Presidente que se realmente as obras anunciadas terminarem em agosto de 2025 terá todo o seu apoio. Anunciou aos seus ateenses que iriam ter a Estrada Municipal de Atei a Cerva pavimentada, que a rua dos Casais em Bromela vai ser pavimentada, a rua da Travessa do Bairro Novo vai ser pavimentada e a estrada que dá acesso às Pedreiras também vai ser pavimentada, isto porque o Presidente da Junta de Atei, na sua pessoa, juntamente com dois colegas presidentes de junta chumbaram, numa das assembleias anteriores, a proposta de empréstimo que serviria para tirar a gestão da água à Freguesia de Atei a favor do município. Com esse chumbo, o município canalizou esse empréstimo para estas pavimentações, e muito bem, pelo que mais uma vez agradecia aos seus colegas que estiveram do seu lado na votação porque assim Atei não perdeu recursos e ganhou várias pavimentações. Perguntou ainda ao senhor Presidente se ao pavimentar a Estrada Municipal de Atei também vai executar o projeto dos passeios ao longo da via. No seu entender não deveriam deixar para trás o projeto que contempla a construção dos passeios e o alargamento de alguns cruzamentos e curvas pois é uma exigência dos ateenses, principalmente das inúmeras pessoas que caminham a pé ao longo da estrada. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que era com um enorme gosto que via que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, por vezes, transforma-se realmente no Presidente da Mesa da Assembleia Municipal porque de facto torna-se um comentador. Apraz-lhe dizer sobre o comentário que lhe fez que acha um bocadinho deselegante. Não disse aqui que o atual Executivo resolveu um problema porque



to me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

a crise demográfica não está resolvida em Portugal nem está resolvida em Mondim de Basto. Nem que venham milhares de imigrantes que por alguns até são excluídos (acha que todos são bem-vindos até Mondim de Basto e é a favor de que venham mais pessoas) não se vai resolver a crise demográfica. Referiu que afirmou que para si, tendo vinte e oito anos, e do facto de estar a pensar na sua vida, o facto de não ter onde deixar o seu filho vai ser o motivo de não se fixar em Mondim de Basto. O que referiu foi que era extremamente positivo que o atual Executivo Municipal sinalize a questão da criação de uma creche municipal no atual orçamento municipal. Aproveitando a sua intervenção, e respondendo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atei que, com alguma ironia, atribuiu a uma decisão no chumbo de um pedido de empréstimo, referiu que achava estranho era que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atei não se perguntasse porque é que o anterior Executivo do Partido Socialista nunca fez estas obras e devia ter pugnado pela realização destas obras no anterior mandato. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que o senhor deputado também o interpretou mal porque não criticou o facto de ter feito o empréstimo, simplesmente afirmou que com o chumbo que foi feito lá atrás sobre aquela questão da ETA, a Câmara canalizou, e bem, o empréstimo para pavimentar as estradas. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para esclarecer o senhor deputado Fernando Silva. Referiu que os projetos enunciados estavam previstos para 2027 e adjudicados, pelo que serão uma realidade, não são obras para ficar no papel, e iremos comprovar uma vez mais que prometemos e cumprimos e, assim espera, o mais rápido possível. Grande parte deles serão alvos de candidaturas até ao final deste ano portanto estão empenhados para que as candidaturas ainda saiam este ano. Trata-se de projetos a médio e longo prazo: os projetos estruturantes que desenvolvem o concelho não se fazem num dia, nem dois, nem três. Tudo demora o seu tempo e é nessa lógica de médio e longo prazo porque todos os projetos demoram o seu tempo e por isso é que são estruturantes e que no fundo se difundem depois na concretização ao longo dos anos. Portanto não se trata de um fim de ciclo pois é um continuar dum ciclo em que se perspetiva que as obras possam decorrer. Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Atei, não percebeu porque é que só terá o seu apoio se for feito até agosto, nem sabe o porquê do mês de agosto, mas crê que terá muitas razões de facto até ao mês de agosto para

h
me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

os apoiar na próxima na próxima eleição. Referiu que, em seu entender, a comparação que fez foi ridícula de comparar uma votação que existiu para se poder avançar com a resolução de um problema que se arrasta há anos com uma solução agora de empréstimo para pavimentar as estradas quando a Câmara neste momento já tinha também capacidade financeira para poder recorrer a novo empréstimo. Considera, com toda a estima, que foi infeliz porque de facto não faz sentido nenhum. Questionou se iria chumbar mais alguma coisa para poderem ter mais dinheiro porque o dinheiro não vai chegar efetivamente para fazer as obras e os passeios mas que, sim, iriam reabilitar a estrada toda de acordo com aquilo que é também a capacidade financeira que existe. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que ouviu a intervenção do senhor Presidente da Câmara e que não foi desmentido mas considera que esta proposta de orçamento é uma proposta eleitoral e que normalmente deveriam estar a votar um conjunto de intenções que, na prática, deveriam acontecer em 2025. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que acabou de referir há pouco um conjunto de projetos que serão candidatados ainda este ano e que obviamente serão executados no próximo ano. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da Proposta Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2025 que foi aprovada por maioria com onze votos a favor e nove abstenções.**-----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para fazer a declaração de voto do Partido Socialista no sentido da abstenção que se passa a transcrever: *«O último orçamento do mandato confirma o rumo dos últimos três anos. As transferências do Estado sobem mais 10% mas isso não impede uma redução da par cela dessas mesmas transferências que é aplicada a investimentos em obras, ou seja, apesar de termos ao nosso dispor mais dinheiro, estamos mais dependentes de fontes de financiamento extraordinárias como é o caso dos fundos comunitários e empréstimos para fazer essas mesmas obras. O dinheiro que recebemos do estado é consumido por contratações, prestações de serviço e afins (as tais gorduras que temos falado muito por aqui). Esta é a principal marca deste executivo: sobe exponencialmente a despesa corrente e não consegue e não vai conseguir até ao final do mandato apresentar uma obra estruturante, uma obra que faça realmente a diferença para as famílias e empresas deste concelho. Mondim de Basto, apesar de dispor de mais dinheiro, apesar de ter deixado de entregar ao banco mais de um milhão e meio de euros, foi incapaz, e o próximo ano assim se manterá, de usar estes recursos para se desenvolver para fazer a diferença. Este orçamento está sub orçamentado na rubrica das despesas com pessoal,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

tudo para tentar limpar a imagem de um executivo que contratou demais. É tema e conversa da rua. Já não é possível esconder, toda a gente reconhece que há exageros na contratação de pessoal. Perante isto, o Executivo agarra num documento provisional e coloca uma verba pouco superior se comparado com a verba também ela provisional do orçamento de 2023. Apenas o relatório em contas permitirá confirmar se a despesa com o pessoal subirá ou não mas ninguém desta sala acredita que apesar das atualizações salariais, a que soma a criação de 25 novos postos de trabalho no quadro de pessoal e os 19 funcionários previstos no plano anual de recrutamento, seja possível manter a despesa com recursos humanos. Está por isso mesmo sub orçamentada e serve apenas para fazer um número. A continuação desta política ameaça a sustentabilidade financeira da autarquia. Não será assim que Mondim se vai desenvolver. Como segundo indicador vejamos o investimento. Este orçamento não deixa margens para dívidas. Os investimentos com dotação em grande medida transitam do ano anterior e os investimentos novos aparecem no plano plurianual apenas em 2026. Para 2025 pouco, para não dizer nada, e 2024 foi um ano perdido: o que deveria ter sido executado nesse ano passou para 2025. Mas o grosso do investimento esse fica para 2026. Este é um orçamento eleitoralista, este executivo já só pensa em eleições, e a base do programa eleitoral está neste documento. Este documento atesta quatro anos perdidos mas promete muito para o próximo mandato. Recordo que o senhor Presidente foi eleito para quatro anos não foi para dez anos. Mondim de Basto precisava de um orçamento para hoje, para 2025, não do orçamento para 2026». -----

2.3- Aprovação da autorização prévia para procedimentos de despesa que deem lugar a encargo orçamental, em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização e a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **Aprovação da autorização prévia para procedimentos de despesa que deem lugar a encargo orçamental, em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização e a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação que foi aprovada por maioria com treze votos a favor e sete abstenções.** -----

2.4- Aprovação da Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais-----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para esclarecer que a criação das secções na estrutura orgânica tem-se revelado como uma melhoria na eficiência dos serviços na forma como é distribuído aquilo que são as tarefas e as áreas de intervenção em cada uma das divisões e, atualmente, com novos desafios na área do urbanismo, nomeadamente com a digitalização e com o cadastro, viu-se aqui relevante

to
me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

procedermos a uma organização criando as secções para que o dirigente possa fazer uma gestão mais profícua dos recursos humanos e das áreas de intervenção. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que, mais uma vez, é apresentada uma alteração à estrutura orgânica do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Mondim de Basto que tem sido uma constante ao longo deste mandato. Andamos sistematicamente a discutir estruturas orgânicas. Tal como já referiu sobre o assunto ao longo das suas anteriores intervenções sobre o assunto, o Executivo já teve o tempo necessário para adequar o quadro de pessoal às reais necessidades de serviços de forma que estes respondam às necessidades dos munícipes que recorrem ao serviço desta autarquia. Tem sido reiterado pelo executivo que qualquer estrutura orgânica tem de ser dinâmica, mas tão dinâmica acaba por não oferecer uma estabilidade aos serviços na operacionalização de um modelo de funcionamento que se torne viável e funcional. Estas alterações não são boas para os serviços pela instabilidade que acabam por criar. Hoje temos mais uma: desta vez é uma proposta de manutenção da atual estrutura orgânica e a criação de mais dois lugares de chefia na categoria de chefe de secção. Com esta proposta passamos a ter vinte e um lugares de chefia, ou seja, cinco chefes de divisão, cinco chefes de unidade e onze chefes de secção. Numa autarquia de pequena dimensão, com tantos chefes algumas unidades orgânicas apenas terão como subordinados os próprios chefes. Agora pretende-se criar mais dois lugares de coordenadores técnicos. O que se alterou nas competências de autarquia que venha a justificar esses lugares? Tomemos por exemplo a última estrutura orgânica: há cerca de um ano foi aqui aprovada a atual estrutura orgânica com a criação de mais nove chefias de terceiro grau. Na altura a explicação dada foi que era necessário para fazer face às exigências e o bom funcionamento de serviços. Acreditamos que sim. Mas um ano depois dessas nove chefias, apenas uma foi provida. Afinal, concluiu-se efetivamente que não eram necessárias. Agora propõe a criação de mais duas: para quê? E por que razão não foram as outras providas? Não posso associar estas alterações com o advento do calendário eleitoral e nesta medida entendo que é inoportuno, inadequado, neste momento, qualquer alteração estrutural à atual estrutura orgânica tendo aliás em conta que os funcionários desta autarquia não podem andar ao sabor dos interesses eleitoralistas e político-partidários, seja de quem for, merecendo por isso o maior respeito na sua dignidade profissional. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para fazer mais alguns esclarecimentos. Não podemos confundir a criação das secções com



lme

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

os lugares de chefias, como o senhor deputado Fernando Silva disse, até porque, independentemente do número de secções que foram criadas, o número de chefias que foram nomeadas foi muito reduzido, o que não implicou o aumento de despesa. Acha que é importante também referir que esta estrutura e esta organização não tem significado em termos daquilo que é o aumento da despesa com recursos humanos. O critério e a base para a criação das secções tem a ver com a organização dos serviços naquilo que é, no fundo, o suporte para cada um dos chefes de divisão organizar as suas áreas de intervenção, que são vastas no município, e de facto é dinâmica. Neste caso, o que está aqui em causa é somente na divisão do urbanismo que não tinha qualquer secção, podemos criar duas áreas de intervenção que são complementares mas que são diferentes: uma tem a ver com a digitalização que é uma nova área, é dinâmica. Como sabem, agora o urbanismo é todo feito através dos serviços digitais e portanto há uma necessidade de digitalização bastante grande para que os processos antigos possam assumir aquilo que é o procedimento adotado atualmente da digitalização; e o cadastro: como sabem temos um programa que é o BUPI, programa cadastral, que tem implicado aqui uma gestão de recursos bastante significativa para atingirmos os objetivos e que acaba por ser uma área complementar à do urbanismo. Mas a verdade é que implica que haja aqui uma organização naquilo que é a diferenciação dos serviços. Até agora as secções não têm implicado aumento de custos com o pessoal. Até agora as secções têm permitido junto dos dirigentes uma maior articulação naquilo que é a organização dos serviços de cada uma das divisões. Portanto, tendo em conta esta nova realidade na área do urbanismo, surge a necessidade de propormos aqui uma organização. Obviamente que as alterações nunca são positivas mas aqui não se trata de estabilizarmos aquilo que já existe mas sim de reorganizarmos e de melhorarmos aquilo que é uma necessidade premente e nova no setor e na área do urbanismo. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Aprovação da Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais** que foi aprovada por maioria com oito votos a favor, quatro votos contra e oito abstenções. -

2.5- Receitas Municipais – Definição de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e adesão do Município de Mondim de Basto ao IMI Familiar -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **aprovação a Proposta Receitas Municipais – Definição de taxa do Imposto Municipal**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

sobre Imóveis (IMI) e adesão do Município de Mondim de Basto ao IMI Familiar que foi aprovada por unanimidade. -----

2.6- Receitas Municipais – Participação variável no Imposto sobre rendimento das pessoas singulares (IRS) - Definição da taxa de IRS a fixar para o ano de 2025 -----

O deputado municipal **Vitor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para fazer a sua intervenção que se passa a transcrever: *«É importante explicar aos Mondinenses o significado da redução na taxa de IRS que lhes é cobrada. Pelo quarto ano consecutivo, o Executivo do PSD está a reduzir em 0,5% a taxa de IRS a cobrar aos Mondinenses. Isto significa que, em 4 anos, a percentagem total de redução de IRS, para os nossos munícipes chega este ano a um valor total de 2%. Na generalidade não falamos de valores muitos elevados, é ainda assim, uma medida que coloca no bolso dos mondinenses dinheiro, mais dinheiro para fazer face às suas despesas do dia-a-dia. E isso é positivo. Sras. e Srs. Deputados Municipais, recorde, que esta medida foi uma promessa eleitoral deste executivo, e como todos já percebemos, com este executivo as promessas são para concretizar, as promessas são para cumprir! Sr. Presidente, quero dizer-lhe que é desta forma, que a bancada do PSD concebe a política, e é desta forma, que se ganha credibilidade junto dos cidadãos, e tenho a certeza, temos a certeza, que os Mondinenses, que todos os Mondinenses, também lhe reconhecem a si, a capacidade de concretizar e cumprir com as suas promessas eleitorais»*. De seguida, e no seguimento da declaração de voto apresentada pelo Partido Socialista, reconheceu que da primeira vez que analisou o orçamento e após a explanação por parte do senhor Presidente da Câmara ficou a pensar que se estivesse na oposição ia ser muito chato rebater um orçamento tão bom, tão completo e que abarca tantos pontos da nossa sociedade e de facto isso veio a comprovar-se porque de facto o Partido Socialista não conseguiu votar contra. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para interpelar o senhor deputado Vítor Costa referindo que não lhe queria cortar a palavra mas que tinha o dever de o alertar de que já não estavam na discussão do ponto relativo ao orçamento e que o senhor deputado estava a comentar uma declaração de voto feita anteriormente e que o deveria ter feito no momento da discussão desse ponto. -----

O deputado municipal **Vitor Fernando de Sousa Costa** retomou o uso da palavra explicando que não teve intenção de intervir após a declaração de voto porque a sua bancada votou favoravelmente a proposta mas que lhe parecia importante dizer que a oposição teve muita dificuldade em apresentar argumentos e veio, após a votação e respetiva abstenção,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

16
me

falar mal do orçamento, o que lhe parece no mínimo incongruente porque se era assim tão mau votavam contra. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação a Proposta Receitas Municipais – Participação variável no Imposto sobre rendimento das pessoas singulares (IRS) - Definição da taxa de IRS a fixar para o ano de 2025 que foi aprovada por unanimidade. -----

2.7- Receitas Municipais – Fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2025 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da Proposta Receitas Municipais – Fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2025 que foi aprovada por unanimidade. -----

2.8- Aprovação da Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mondim de Basto (PMEPC) 2023 – 2027-----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mondim de Basto (PMEPC) 2023 – 2027 que foi aprovada por unanimidade. -----

2.9- Informação da sociedade prestadora de serviços de Revisor Oficial de Contas (ROC) sobre a situação económica e financeira do Município de Mondim de Basto reportada a 30 de junho de 2024-----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

2.10- Informação do Executivo -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que apenas queria assinalar algo que lhe chamou a atenção. Referiu que no documento - compromissos plurianuais assumidos - aparecem um conjunto de fornecedores, contratos, duração e adjudicação. O que verifica e não pode deixar de assinalar é o facto de haver a possibilidade de fazer três tipos de concurso (por ajuste, por consulta prévia, por concurso público) mas infelizmente o que se verifica é que a maioria dos contratos / projetos tem sido feito através de consulta prévia cujo limite máximo de adjudicação se cifra à volta de 75.000 Euros. A única questão que deixa em aberto é se não seria mais claro e transparente que este tipo de procedimentos fosse feito na modalidade de concurso público. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para deixar uma pequena nota relativamente aqui à informação do Executivo que tem que ver com a execução



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

da despesa de capital, quando comparada com 2023 falamos de uma percentagem na ordem dos 60% e 2024 uma taxa de execução da despesa de capital de 24%. Isto é preocupante! Porque depois já sabemos que este dinheiro transitará para o orçamento 2025 e já não vamos falar no PPI que é cerca de um terço daquilo que foi o ano passado. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que o senhor deputado Fernando Silva se acabou por contradizer na reta final porque há pouco dizia que só em 2027 é que ia haver projetos e agora vem dar nota que afinal os projetos estão adjudicados. Deu nota que devemos ter aqui alguma atenção na comparação que fazemos. Efetivamente os procedimentos cumprem a lei: há ajustes diretos, há outros de consulta prévia e outros de concurso público, em função também da tipologia dos próprios tipos de serviços. Relativamente à intervenção do senhor deputado Carlos Macedo, referiu que também já no último relatório tinham dado nota que em termos de execução do capital não lhes agradava. Espera até ao final deste ano ainda aumentar mas sim de facto considera que é sempre bom quando a despesa de capital tem uma percentagem superior. -----

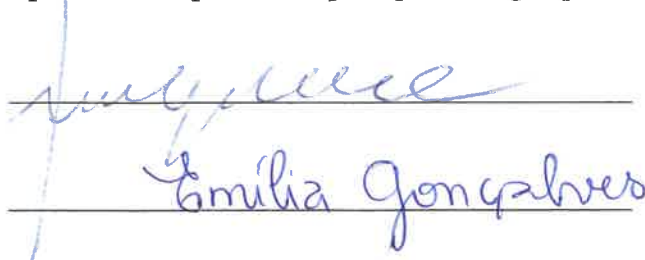
2.11- Intervenção do público -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de **30** de abril de 2025, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----


Emília Gonçalves